

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.  
Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor  
CGASS  
ATA DA 7º REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e nove, no Salão Nobre, no nono andar do Bloco K, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, realizou-se a sétima reunião do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor, para tratar da seguinte pauta: Aprovação da ata da 6ª reunião; Informes Gerais sobre o processo de implantação das Unidades do SIASS nos Estados e a capacitação de técnicos para atuarem no sistema informatizado; Leitura e discussão da proposta de Orientação Normativa com o objetivo de uniformizar a concessão dos adicionais ocupacionais. Estavam presentes os seguintes membros: Sérgio Antonio Martins Carneiro – Coordenador, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Valéria Selva Bueno – Suplente, representante do Ministério da Fazenda; Danilo Piva – Suplente, representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Maria Letícia Oliveira Azeredo Coutinho – Titular, representante do Ministério da Educação; Remígio Todeschini – Suplente, representante do Ministério de Previdência Social; Elzira Maria do Espírito Santo – Titular e Fernanda de Azevedo Miranda – Suplente, representantes do Ministério da Saúde; Ana Cristina N. Gonçalves e Marco Antonio Peres como convidados. Às nove horas e trinta minutos o Coordenador abriu a reunião e Fernanda passou a leitura da ata da reunião anterior. Terminada a leitura, Sérgio passou aos informes salientando que ainda não foi definido o nome para a OLT/SAÚDE e que o tema voltará a reunião do CGASS. Disse que ficou acertado na última reunião que não se obrigaria a implantação das OLTs em todos os órgãos públicos, mas se criariam mecanismos de estímulos para que os órgãos tenham interesse em implantá-las. Elzira pediu a palavra informando que os hospitais não contam com equipes de médicos do trabalho, engenheiro e arquitetos de segurança que possam fazer os laudos, disse achar prudente a medida adotada. Informou que não consegue contratar médicos pelos concursos pois a remuneração é muito baixa. Sérgio informou que a OLT tem que ter em todos os órgãos e o médico não, pois ele irá fazer parte da unidade do SIASS que atenderá vários órgãos, enfatizando a importância da colocação da Elzira por esta focada na construção de uma política de atenção à saúde do servidor. O concurso deve ser dirigido para o órgão que será unidade do SIASS. Continuando os informes, Sérgio disse que o primeiro a receber a implantação modulo do SIAPE/SAÚDE foi a Unidade do SIASS do Ministério da Saúde e o segundo foi a Unidade do SIASS Fundação Nacional de Saúde e que os próximos seriam a Unidades do SIASS do Ministério da Educação e a Unidade do SIASS da Polícia Federal. Informou também que na semana seguinte estariam em Salvador dando treinamento ao pessoal do nordeste com o objetivo de formar multiplicadores que iriam se somar à equipe do Ministério do Planejamento na implantação das unidades naquela região. Letícia disse que o Ministério da Educação está reformando a área física para receber a unidade, dizendo-se ansiosa para implantar o sistema. Em seguida passou-se ao outro ponto de pauta informando que esta reunião seria a última do ano de dois mil e nove, avaliando que se tinha avançado bastante no que tange aos objetivos do CGASS. Sérgio disse da importância de se aprovar a Orientação Normativa ainda em 2009, pois a Secretaria de Recursos Humanos estabeleceu prazo para que os órgãos se ajustem, informando que antes não era pelo sistema, cada um informava manualmente, o que permitiu vários tipos de distorções.

Disse que o Grupo de Trabalho deliberado pelo CGASS discutiu com os técnicos do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Saúde fechando o documento em questão. Informou que não tem como se medir os parâmetros do laudo biológico e para tal deverá propor na próxima reunião a alteração do Decreto numero noventa e sete mil quatrocentos e cinquenta e oito, de onze de janeiro de mil novecentos e oitenta e nove que institui laudo generalizadamente. Falou da minuta da nova Orientação Normativa solicitando a leitura de todos. Elzira disse que o Ministério da Saúde leu e concordou na integra com a Orientação Normativa. Fernanda questionou o artigo oitavo, perguntando se não se tratava de engenheiro de higiene, o que foi esclarecido de que se tratava de engenheiro e arquiteto com especialização em segurança do trabalho. Sérgio salientou que a Orientação Normativa esta inovando ao informar claramente quem não tem direito a receber os adicionais ocupacionais, dizendo que essa medida iria desagradar muitos, mas que para agradar geral seria necessário dar cem por cento a todos. Danilo disse que o Ministério do Trabalho e Emprego pagava para os auditores fiscais e quando foram retirados todos reclamaram e a decisão judicial determinou que enquanto não houvesse uma norma para o caso deveriam continuar pagando. Disse que a justiça questiona muito o termo “**intermitente**” solicitando atenção especial para essa palavra que consta da Lei. Sérgio solicitou a Letícia que iniciasse a leitura, em seguida passou a Danilo. Remígio aparteu informando que a periculosidade na iniciativa privada é de trinta por cento sobre o salário base. Sérgio informou que os dez por cento relativo aos servidores públicos esta na Lei 8.270. Remígio questionou o parágrafo terceiro do artigo quinto sugerindo nova redação. Após discussão se chegou a um consenso da nova redação. Danilo seguiu com a leitura. Remígio aparteu novamente sugerindo colocar o termo habitual e permanente juntos. Marco entreviu solicitando que se coloque o item “a” no parágrafo primeiro do artigo sexto. Fernanda sugeriu que se complemente o artigo sétimo acrescentando a NR-dezesseis da portaria numero 3.214 de oito de junho de mil novecentos e setenta e oito. Foi corrigida a redação do parágrafo primeiro e segundo do artigo sexto. Lida a Orientação Normativa, feita as alterações e aprovada, foi sugerida pelo coordenador que se marcasse a próxima reunião para o mês de fevereiro. Por fim, a palavra foi concedida àqueles que dela quisessem fazer uso e, não existindo manifestações, o Coordenador encerrou a reunião, que foi lavrada na presente ata, lido este instrumento assinam. Brasília, 11 de dezembro de 2009. XXXXXX

Sérgio Antonio Martins Carneiro – Coordenador/MPOG

Valéria Selva Bueno – Suplente/MF

Danilo Piva – Suplente/TEM

Maria Letícia Oliveira Azeredo Coutinho – Titular/ME

Remígio Todeschini – Suplente/MPS

Elzira Maria do Espírito Santo – Titular/MS

Fernanda de Azevedo Miranda – Suplente/MS